



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Comitê de Tecnologia da Informação

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**

Aos oito (08) dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito (2008), às onze horas e trinta minutos (11h30), na Sala da Comissão de Licitação, reuniu-se extraordinariamente o Comitê de Tecnologia da Informação, instituído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA GPGJ nº 003/2007, de 1º de outubro de 2007 e designado pela Portaria Nº 1.392/2007, publicada no 2º caderno do Diário da Justiça do dia 11 de outubro de 2007, composto pelos seguintes Membros: **Procurador de Justiça Alcides Orlando de Moura Jansen, Secretário-Geral do Ministério Público Cláudio Antônio Cavalcanti, Promotor de Justiça Corregedor Alexandre César Fernandes Teixeira, Promotor de Justiça Gustavo Rodrigues Amorim, Diretora de Planejamento Arlinda Maria Pimentel Rodrigues Leite, Chefe do Departamento de Informática Maria José Gomes de Oliveira e o Assessor de Informática Daniel Cavalcanti Lins Falcão.** Também se fizeram presentes a reunião o Corregedor-Geral do Ministério Público José Roseno Neto e os Promotores Corregedores Arlan Costa Barbosa e Eny Nóbrega de Moura Filho. A reunião foi coordenada pelo Procurador de Justiça Alcides Orlando de Moura Jansen, que abriu os trabalhos submetendo à aprovação dos presentes a ata da 1ª Reunião Extraordinária do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público; aprovada, todos os membros assinaram a referida ata e o Dr. Alcides pediu que a Diretora de Planejamento encaminhasse através de ofício uma cópia daquela à Procuradora-Geral de Justiça. Nesse momento, passou a palavra a Diretora de Planejamento Drª Arlinda que justificou aos presentes a ausência do Secretário-Geral Dr. Cláudio

Antônio Cavalcanti, por motivo de trabalhos inadiáveis a serem executados junto ao Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça. Retomando a palavra, Dr. Alcides comentou que os membros do Comitê sentem-se honrados por contar com a presença do Corregedor-Geral Dr. José Roseno, bem como com a dos Promotores Corregedores Doutores Arlan Costa e Eny Nóbrega, integrantes da mais alta cúpula do Ministério Público paraibano. Ato contínuo, Dr. Alcides informou aos presentes que o motivo da segunda reunião extraordinária do COMTI seria para apreciar a proposta de criação da Diretoria de Tecnologia da Informação, constante de parte do Anteprojeto de Lei incluído na pauta da próxima reunião do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, e, eventualmente, manifestar à Procuradora-Geral de Justiça as considerações do COMTI sobre o assunto. Ainda com a palavra Dr. Alcides ponderou que o mencionado projeto de lei, no tocante a criação do cargo de Diretor de Tecnologia da Informação, não mencionava a extinção do Departamento de Informática que funciona junto a Diretoria de Planejamento e nem fazia referência a preservação do cargo de Assessor III de Informática, criado pela Lei nº 8.470/2008. Em seguida, passou a palavra ao Dr. Alexandre para que o mesmo se pronunciasse sobre o assunto, mas este justificou que por motivo de viagem a serviço da Corregedoria não teve tempo de pesquisar sobre a matéria e indagou ao Dr. Gustavo se tinha conhecimento da existência de estrutura de Diretoria de Tecnologia da Informação em algum Ministério Público Estadual. Com a palavra Dr. Gustavo que afirmou não ter conhecimento da existência de alguma DTI e passou a palavra a Chefe do Departamento de Informática. Fazendo uso da palavra, a Dr^a. Maria José informou aos presentes que existem alguns órgãos do Poder Judiciário, a exemplo do Tribunal de Justiça do Estado com estrutura formada por Secretaria de Tecnologia da Informação e Departamentos de Desenvolvimento de Sistemas e Suporte, respectivamente. Informou ainda que o Ministério Público do Estado de Pernambuco também possui uma equipe de informática estruturada. Retomando a palavra, Dr. Alcides falou sobre a importância da criação da Diretoria de Tecnologia da Informação e ressaltou que o cargo deveria ser preferencialmente provido por um servidor do quadro efetivo, prestigiando-se aqueles que ingressaram na Instituição mediante Concurso Público. Nesse momento, Dr. Gustavo acrescentou que na sua ótica o servidor deveria possuir qualificação na área de programação ou analista de sistema e o Dr. Alexandre concordou com ambos. Na seqüência, Dr. Alcides argumentou que além do cargo de Diretor, existe a necessidade de se criar os cargos de Chefe de Departamento de Desenvolvimento de Sistemas e o de Suporte, hipóteses ainda não contempladas no anteprojeto. Com a palavra o Dr. Gustavo que propôs a formação efetiva da equipe e com salários

atrativos, para se evitar a rotatividade de nomeações em decorrência de melhor remuneração no mercado de trabalho. A esse respeito, o Dr. Alcides alertou aos membros do Comitê que no Anteprojeto de Lei deve permanecer a Assessoria III de Informática que consta na Lei nº 8.470/2008 para dar suporte a Diretoria e propôs que o COMTI levasse a Procuradora-Geral de Justiça a sugestão de criação de mais cargos técnicos na área de informática. Em seguida, a Chefe do atual Departamento de Informática Maria José ponderou que atualmente a equipe de programadores do quadro efetivo é composta de apenas 02 (dois) técnicos e que o andamento dos trabalhos de desenvolvimento de sistemas ficariam prejudicados se os mesmo passassem a exercer cargo em comissão. O assunto foi amplamente discutido e o Dr. Gustavo propôs que se levasse a consideração da Procuradora-Geral de Justiça a criação de um quadro de pessoal específico para a área de informática, com nomenclatura diferenciada do Técnico de Promotoria, para se estabelecer melhor remuneração ao profissional da área de tecnologia da informação, pois assim permitiria competir com os salários do mercado de trabalho. Nesse momento, Dr. Alexandre argumentou que os técnicos de informática realmente necessitam receber tratamento diferenciado, pois a Instituição precisa urgentemente formar sua equipe de informática. Na oportunidade, informou ainda sobre o novo Relatório de Atividades Funcionais – RAF expondo aos presentes que o módulo um, que será preenchido pelo Promotores de Justiça, já está concluído e encontra-se em fase de implantação, ressaltando que as adequações necessárias com vistas a Resolução nº 25/2006-CNMP foram orientadas pelo Promotor Corregedor Dr. Arlan, mas que a parte referente ao 2º (segundo) grau, precisa do apoio de Dr. Alcides para orientações quanto a estrutura e implantação. Ato contínuo, Dr. Alexandre disse que a Drª Janete tem solicitado urgência a Corregedoria-Geral e a Diretoria de Planejamento na finalização do RAF em vista dos prazos estabelecidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Retomando a palavra, Dr. Alcides solicitou que a Secretária do COMTI expedisse ofício a Procuradora-Geral Drª Janete, com as seguintes proposituras: o cargo de Diretor de Tecnologia da Informação seria provido por servidor efetivo, com qualificação de nível superior na área de programação ou analista de sistemas; criação do Departamento de Desenvolvimento de Sistemas, a ser ocupado por servidor efetivo e com especialidade em analista de sistemas e do Departamento de Suporte Técnico e de Rede a ser provido por servidor de carreira da Instituição e com formação de nível superior; criação de mais seis cargos técnicos, sendo 05 (cinco) programadores e 01 (um) analista de sistemas; e ainda manter o cargo de Assessor III de Informática, conforme Lei nº 8.470/2008. Ato contínuo, Dr. Alcides renovou os agradecimentos ao Corregedor-Geral

do Ministério Público Dr. José Roseno e aos Promotores Corregedores Drs. Arlan e Eny, pela honrosa presença, enfatizando que a Corregedoria-Geral tem contribuído sobremaneira com o Comitê, notadamente pela presença dentre os seus integrantes do Dr. Alexandre César. Com a palavra, o Corregedor Dr. José Roseno disse que todas as colocações foram pertinentes e que a Corregedoria realmente está bem representada pelo Promotor Corregedor que compõe o Comitê. Nada mais havendo a tratar, o senhor Coordenador encerrou os trabalhos e para constar, Eu, _____ Secretária, lavro a presente Ata que assino com os demais Membros do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público da Paraíba. Em João Pessoa aos 08 de agosto de 2008.

Alcides Orlando de Moura Jansen
Procurador de Justiça – Coordenador

Cláudio Antônio Cavalcanti
Promotor de Justiça/Secretário-Geral

Alexandre César Fernandes Teixeira
Promotor de Justiça Corregedor

Gustavo Rodrigues Amorim
Promotor de Justiça

Arlinda M^a Pimentel R. Leite
Diretora de Planejamento

Maria José Gomes de Oliveira
Chefe do Departamento de Informática

Daniel Cavalcanti Lins Falcão
Assessor de Informática